

Mudança de paradigma

O Tribunal de Justiça de Minas colocou-se na vanguarda das relações de trabalho ao implantar o projeto-piloto do teletrabalho, há pouco mais de seis meses. A iniciativa quebra um sólido paradigma, ao romper com a cultura da jornada, com ponto de entrada e saída do servidor registrado eletronicamente. Em seu lugar, entra a lógica do trabalho por produtividade, com base em metas previamente traçadas. A experiência tem revelado resultados surpreendentes de aumento de produtividade entre os teletrabalhadores, que relatam também ganhos em qualidade de vida.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – NOVEMBRO – 2016
ANO 22 – NÚMERO 221



Rotinas transformadas

Trabalhar em casa, em horários oportunos, utilizando o próprio computador, sem perder a conexão com a instituição. Uma economia de tempo e recursos para ambos os lados. Este ano, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) abraçou essa novidade organizacional, por meio de um projeto-piloto. O teletrabalho é um método que recria o desenho tradicional do trabalho e proporciona diversas vantagens.

A matéria de capa desta edição traz relatos de servidores que estão participando da iniciativa. Entre eles, figura a história de Arthur Elizio, servidor do Juizado Especial de Belo Horizonte, que teve a oportunidade de entrar para o programa e ver toda a sua rotina transformada para melhor.

O corregedor-geral de justiça, desembargador André Leite Praça, entrevistado desta edição, contou um pouco de sua experiência nos primeiros quatro meses à frente da Corregedoria-Geral de Justiça. O magistrado diz que o setor se tornou o caminho natural em sua carreira, após ele ter atuado em seis comarcas e passado por várias experiências administrativas no TJMG. Ele explica na conversa as transformações que estão ocorrendo na Corregedoria e os planos para o setor.

Surpreenda-se ao saber que a biblioteca do TJMG anda seguindo um caminho de modernidades, trazendo

a magistrados e servidores avanços e facilidades que só a tecnologia pode oferecer. As teorias do direito nunca estiveram tão próximas de quem precisa delas, seja no espaço físico das obras seja no portal. Além disso, um escâner alemão veio oferecer a oportunidade de levar páginas dos pesados livros jurídicos aos pequeninos *pen drives* ou, até mesmo, ao abstrato espaço das nuvens digitais.

Enquanto isso, lá no Fórum Lafayette, o espaço de circulação de pessoas apressadas e assoberbadas ganha leveza com a arte de Pedro Miranda. Galeria, corredores e jardins receberão a mostra "Ora Direis", composta por esculturas em aço naval. A exposição cria um mágico diálogo entre o dia a dia forense e a arte brinçalhona do escultor.

No final deste mês, o filme *Amistad*, de Steven Spielberg, será exibido na sessão do Cineclube TJ. Baseada em fatos reais, a obra conta a história de um navio que foi cenário da luta de um grupo de africanos escravizados. Confira, na página 8, resenha feita pelo juiz Magid Láuar sobre a película e também a coluna Clique do Leitor, com foto que registra uma revoada de pombos cortando o céu da capital.

Boa leitura!

PJe Expansão 2016

Com a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em Araxá, Frutal, Ituiutaba e Patrocínio, em 7 de novembro, executou-se integralmente o planejamento de instalação do sistema nas comarcas mineiras para 2016. Neste ano, o processo eletrônico tornou-se padrão de movimentação processual em doze comarcas, sendo quatro de entrância especial e oito de segunda entrância.

Noutra vertente, avança o projeto-piloto Trabalho Solidário Remoto (TSR), que parte para sua segunda fase diante dos resultados apresentados na primeira. Servidores das Comarcas de Itanhomi, Montalvânia, Na-

tércia, Rio Vermelho e Tiros se juntam aos colegas de Belo Vale, Iguatama, Ferros, Bonfim e Martinho Campos para cooperar com varas de Belo Horizonte, Vespasiano, Ibirité e Contagem.

Ao receber a segunda turma do projeto que inicia a capacitação, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, ressaltou que, com criatividade e pouco gasto, iniciativas como o TSR contribuem para que o Judiciário dê uma resposta mais ágil às demandas apresentadas pelo cidadão.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

1º Vice-Presidente:

Desembargador Geraldo Augusto de Almeida

2º Vice-Presidente:

Desembargador Wagner Wilson Ferreira

3º Vice-Presidente:

Desembargador Saulo Versiani Penna

Corregedor-Geral:

Desembargador André Leite Praça

Vice Corregedora-Geral de Justiça

Desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessor de Comunicação Institucional:

Bruno Costa

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenadora de Imprensa:

Manuela Ribeiro

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Carlos Eduardo Miranda de Jesus

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Avenida Afonso Pena, 4.001 - 13º andar - Serra,

Belo Horizonte/MG

CEP 30.130-008

Tel.: (31) 3306-3920

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

2.100 exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Do papel ao arquivo em nuvem

TJMG disponibiliza obras jurídicas em sua biblioteca digital



Marcelo Albert

Um escâner planetário, adquirido há dois anos, permite a digitalização de papéis antigos, de valor histórico, sem danificá-los

Cláudia Lima

Uma das primeiras bibliotecas do mundo foi construída na cidade de Nínive, na Mesopotâmia (atual Iraque), pelo rei Assurbanipal II, em 668 a.C. Havia nela uma coleção de cerca de 25 mil placas de argila com escrita cuneiforme (textos feitos por uma pequena ferramenta que fazia incisões em formato de cunha na argila). Essas obras já foram estudadas e traduzidas e hoje estão sendo divulgadas pela internet por meio de sites de museus e universidades.

O projeto Biblioteca Digital Cuneiforme (cdli.ucla.edu), trabalho conjunto da Universidade de Los Angeles e do Instituto Max Planck de História da Ciência, localizado em Berlim, é um dos mais completos sites sobre o tema. Ele traz textos, imagens, glossários, fotografias, tudo aberto e acessível para estudantes, pesquisadores e o público em geral.

Seguindo a linha do pensamento da acessibilidade de informações acadêmicas, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vem investindo em sua biblioteca digital, desde 2012, por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas (Gejur), da Coordenação de Documentação e Biblioteca (Cobib), da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged) e da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor).

Hoje se encontram ali cerca de 8 mil obras jurídicas disponibilizadas para servidores e magistrados da capital e do interior, divididas em três plataformas: RT Online, Biblioteca Digital Fórum e Minha Biblioteca, esta última em fase de renovação contratual. Estão disponíveis também dicionários, vídeos com palestras concernentes a assuntos jurídicos e as legislações estadual e federal.

Alguns dos livros físicos da biblioteca também estão disponíveis no site, para consulta; quando possuem esse recurso, eles podem ser identificados, nas prateleiras, por meio de um selo com a indicação *e-book* na capa. Isso possibilita que os exemplares mais requisitados da biblioteca fiquem disponíveis a qualquer hora para os leitores, o que não acontecia antes. Se as obras foram publicadas pelo TJMG, elas podem ser baixadas em PDF; no caso das demais, o leitor tem acesso somente à leitura ou à impressão.

Segundo o coordenador de documentação e biblioteca do TJMG, Thiago Doro, hoje são registrados cerca de 800 acessos por mês, número que tem aumentado a cada ano, segundo relatórios mensais realizados pelas plataformas. Sobre a operacionalidade, ele explica que, normalmente, os leitores não apresentam muitas dúvidas sobre o

funcionamento do recurso, pois a interface do site é simples e autodidata.

Thiago se dedica diariamente à biblioteca e acredita que o acervo digital é fundamental, entre outros motivos, por divulgar publicações e periódicos da instituição, como *Revista Jurisprudência Mineira*, *Boletim de Jurisprudência*, *Direito à Saúde*, sendo que alguns datam de 1951. Além disso, possibilita às comarcas do interior o acesso à informação doutrinária, para consultas e estudos jurídicos.

Para acessar o conteúdo, dentro do Portal TJMG, o usuário deve clicar em "Biblioteca" e depois em "Biblioteca Digital", escolhendo, a partir dali, as opções oferecidas.

A última novidade do setor, que chegou no início de outubro, traz várias comodidades aos usuários. Nova funcionalidade dentro da seção "Biblioteca" do Portal TJMG, o *Pergamum Mobile* permite a renovação dos livros emprestados pelo computador, celular ou *tablet*. Além disso, por meio dele é possível consultar o acervo físico e reservar obras que estiverem ausentes.

Direto da Alemanha

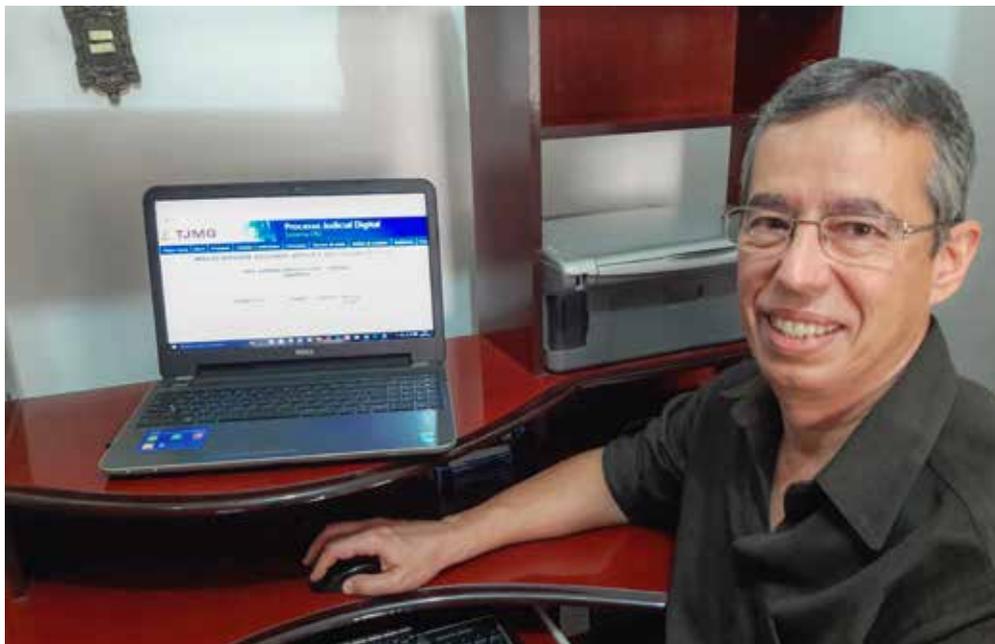
Perto da porta de entrada de uma das bibliotecas do TJMG, nota-se uma máquina grande e imponente. Mas ela não chega a assustar, pois um grupo de usuários dedica alguns minutos do dia a manuseá-la, com o objetivo de escanear grossos livros jurídicos, com certa facilidade. Zeta é o nome do escâner planetário adquirido há dois anos, que oferece, entre outras vantagens, a digitalização de papéis antigos, muitos deles de valor histórico, sem danificá-los. Isso ocorre porque seu mecanismo não agride o suporte do papel, mantendo ainda grande fidedignidade de informação visual.

Além disso, o que é escaneado pode ser enviado para um *pen drive*, para pastas na rede e, como o equipamento se conecta à internet, para *e-mail* ou para a nuvem (espaço virtual de armazenamento de dados).

Espaço físico

Público externo, magistrados e servidores têm dois espaços disponíveis para pesquisa e estudo: as bibliotecas Desembargador Amílcar de Castro, na Unidade Goiás, e Rita Adelaide, na Unidade Raja Gabaglia. Ambas funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Teletrabalho rompe com a cultura do trabalho por jornada



Divulgação

um dos servidores mais produtivos do seu setor. Com o teletrabalho, ele vive, hoje, o ápice de sua produtividade. A meta dele como teletrabalhador, produzir 20% a mais em casa, saltou dezenas e dezenas de vezes além do esperado.

Projeto-piloto

O projeto-piloto do teletrabalho foi inaugurado no TJMG em abril de 2016. Em agosto, a experiência foi prolongada para durar mais 12 meses, contados a partir do dia 24 daquele mês. Trata-se de uma iniciativa que coloca o Tribunal mineiro na vanguarda das relações de trabalho, ao quebrar um sólido paradigma: a cultura da jornada, com ponto de entrada e saída do servidor registrado eletronicamente. Em seu lugar, entra a lógica do trabalho por produtividade, com base em metas previamente traçadas.

No TJMG, a possibilidade do trabalho à distância, desenvolvido por meio remoto, da própria casa do servidor – ou de qualquer outro lugar onde ele estiver –, e sem uma jornada definida, surgiu com o processo eletrônico. Para a experiência-piloto, foram selecionadas quatro varas de Belo Horizonte e um grupo de servidores dos Juizados Especiais e da Segunda Instância, indicados por seus gestores, com base em seus perfis. Ao todo, 12 servidores participam da iniciativa.

O servidor Eduardo Toscano, da Coordenação de Estruturação de Processos Originários e Recursais (Coespro), vivenciou a experiência de atuar como teletrabalhador por cerca de quatro meses – no momento, ele está trabalhando presencialmente, pois no setor dele há um rodízio entre os servidores para a participação no projeto do teletrabalho. Há pouco mais de 13 anos, Eduardo deixou a casa dos pais, em Nova Venécia (Espírito Santo), para cursar a universidade na capital mineira. Formouse, fez um concurso público e tornou-se servidor do Judiciário mineiro. Assim, a possibilidade de ele voltar a viver em Nova Venécia ficou mais distante. Para matar a saudade da família, algumas vezes por ano ele percorria os 547km entre Belo Horizonte e a casa dos pais.

Durante os meses como teletrabalhador, foi de Nova Venécia que Eduardo trabalhou para a Justiça mineira. Ele foi indicado pela chefia do setor para

■ O servidor do Juizado Especial Cível do Barreiro Arthur Elízio dos Santos Filho vive hoje, com o teletrabalho, o ápice de sua produtividade laboral

Daniele Hostalácio

Diariamente, às 6 da manhã, o servidor Arthur Elízio dos Santos Filho chegava ao Juizado Especial Cível do Barreiro. Madrugava para fugir do trânsito no trajeto de 22km que separa sua casa do local de trabalho. Ocupava uma sala no térreo, longe dos demais colegas, porque problemas de saúde tornavam penoso para ele subir escadas. Eram dores constantes, e licenças médicas haviam se tornado comuns. No horizonte, a perspectiva era ser aposentado por invalidez ainda em 2016, contra a sua vontade e com grandes perdas financeiras.

Esse era o retrato da vida do servidor, até abril deste ano. Foi quando, avalia Arthur, “Deus encaminhou as coisas”. Cientes do drama que ele enfrentava para estar diariamente no trabalho, e da competência, dedicação e eficiência do servidor, os chefes dele resolveram indicá-lo para participar do projeto-piloto do teletrabalho no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Era uma luz no fim do túnel, e Arthur resolveu abraçar a chance com a tenacidade característica dele.

Seis meses depois, o impacto do teletrabalho na vida do servidor não se mede em números, mas é visível a olho nu. “Até então, eu tomava 11 medicamentos por dia; hoje, são apenas dois; tenho tempo para fazer ginástica e posso cuidar da minha alimentação, o que era fundamental para aliviar meus

problemas de saúde; ganhei alguns quilos, pois estava bem magro; e, algo muito importante para mim, passei a conviver mais com a minha família”, relata. “O teletrabalho simplesmente me permitiu continuar trabalhando”, conclui.



A iniciativa coloca o Tribunal mineiro na vanguarda das relações de trabalho, ao trocar a cultura da jornada pela lógica do trabalho por produtividade



O relato de Arthur revela o impacto positivo da experiência na vida dele. Mas não é só o servidor que está ganhando com o trabalho em casa, ao economizar tempo e dinheiro e esbanjar hoje mais alegria e saúde. Arthur, que trabalha no Judiciário mineiro há quase 20 anos, sempre foi

participar do projeto-piloto em função de seu perfil, que incluía o domínio do processo eletrônico. “Na Coespro, nós já trabalhávamos com cotas diárias de trabalho, então lidar com metas não foi novidade para nós. O mais difícil do teletrabalho é o servidor se organizar: ele precisa criar uma rotina, adaptar um local em casa para trabalhar e até trocar de roupa antes de iniciar as tarefas, de forma a criar o clima para o trabalho”, conta.

Como os demais participantes da experiência, Eduardo também elevou, em muito, sua produtividade. E o ganho para ele, assim como tem sido para Arthur, também não se mede por porcentagens. “Meu pai estava doente, e poder estar por perto dele, em Nova Venécia, foi muito importante”, observa. De acordo com Eduardo, os amigos dele, na cidade do Espírito Santo, ficaram surpresos com a iniciativa do TJMG, pelo seu caráter inovador.

Sérgio Henrique Fernandes Ferreira, coordenador da Coespro, explica que o contato de cada um dos teletrabalhadores com seus gestores é diário, sendo acompanhado de perto pelas chefias. Para Sérgio, a experiência até agora tem sido positiva para o setor, não só pelo aumento da produtividade, mas também pelo impacto gerado para os servidores que trabalham presencialmente. “Muitos agora demonstram interesse em aprender a trabalhar com o JPe, com o objetivo de participar de oportunidades futuras em teletrabalho”, explica.

O juiz auxiliar da Presidência Antônio Carlos Parreira, coordenador do Projeto Experimental do Teletrabalho, destaca que a iniciativa apresentou, logo no primeiro mês, resultados surpreendentes, que vêm se mantendo. Por isso, deverá ser expandida na capital e futuramente se tornará um programa oficial para atender a todas as unidades judiciárias do Tribunal de Justiça em Belo Horizonte e no interior.

“Para se ter uma ideia dos benefícios obtidos, embora estabelecida como meta uma produtividade mínima superior em 20% àquela dos servidores que atuam nas unidades judiciárias, os teletrabalhadores da Segunda Instância alcançaram, em média, uma produtividade superior em 35%, ao passo que os que atuam na Justiça comum obtiveram uma produtividade média superior de 100%, e os teletrabalhadores dos Juizados Especiais, uma produtividade média superior de 200%”, informa o magistrado, acrescentando que um servidor dos Juizados Especiais tem apresentado produtividade média superior a 700%, “com picos superiores a 1.000% em relação aos servidores que atuam na respectiva unidade judiciária”.

Relação ganha-ganha

“O projeto-piloto está tendo a função, sobretudo, de gerar experiência sobre o teletrabalho. Há um grupo de discussão, do qual participam teletrabalhadores, suas chefias imediatas e representantes de todos os setores do TJMG envolvidos de alguma maneira com o projeto. Nas reuniões periódicas do grupo, todos são estimulados a falar abertamente sobre os problemas, as dificuldades, os desafios e os aspectos positivos que têm vivenciado com o teletrabalho, para que a experiência possa ser mais e mais aperfeiçoada”, ressalta Thiago Hyodo, moderador do grupo.

Atualmente assessor técnico da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do TJMG, Thiago contribuiu para o desenvolvimento do projeto-piloto do teletrabalho quando atuava na Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional (Dirsup) e é um entusiasta da iniciativa. “O principal no teletrabalho, que no caso da experiência do TJMG poderia ser mais caracterizada como *home office*, é a flexibilidade da jornada. O que importa não são as horas que o servidor disponibiliza para o Judiciário, ou o momento do dia em que realiza o seu trabalho, mas a sua produção. O servidor tem uma meta mínima, cujo cumprimento equivale ao cumprimento da jornada de trabalho, mantendo-se, portanto, o controle dela”, explica.

As explosões de produtividade apresentadas pelos teletrabalhadores, nesses primeiros meses da experiência, são normais, haja vista a mudança repentina pela qual passaram. Entretanto, há que se observar uma tendência de retorno a uma média de produtividade, com o decorrer do projeto. “Por isso a

iniciativa foi alongada por mais um ano, mantendo-se o acompanhamento dos mesmos servidores, porém com possibilidade de expansão; será preciso, passada a fase de euforia inicial, verificar qual será de fato a média de produtividade deles, ao longo de mais tempo, para que se tenha um retrato mais realista do teletrabalho. Mas já sabemos que a produtividade é maior nessas condições”, observa Thiago.

Para alguns teletrabalhadores, um aperfeiçoamento da experiência, em um futuro próximo, deverá levar em conta, entre outros aspectos, o gasto que o servidor que trabalha em casa acaba tendo com equipamentos e internet e as eventuais quedas do sistema PJe, que podem impactar o cumprimento de metas, especialmente se forem diárias ou semanais.

Com a vivência acumulada até agora, o que já se pode inferir é que o teletrabalho tende a ser uma relação de ganha-ganha. O servidor ganha mais qualidade de vida e, com isso, apresenta maior aproveitamento no trabalho, além de economizar com transporte, vestuário e alimentação; e a instituição ganha um servidor mais produtivo e economiza custos com espaço, água, luz, equipamentos eletrônicos, entre outros.

O beneficiário final de tudo isso, avalia o juiz coordenador do projeto, são os cidadãos. “O teletrabalho representa um enorme benefício para a própria sociedade, quer no tocante à melhoria da prestação jurisdicional pelo aumento da produtividade e, conseqüentemente, da celeridade na solução dos litígios, quer no aspecto da economia financeira para o Estado com a melhoria da saúde dos servidores e a redução das licenças remuneradas por motivos de doença”, conclui.

Renata Caldera



■ O juiz auxiliar da Presidência Antônio Carlos Parreira destaca que a iniciativa apresentou, logo no primeiro mês, resultados surpreendentes

Adequando à demanda a força de trabalho

Raul Machado

A escolha pelo direito e depois pela magistratura “foi muito natural” para o filho do advogado João Luiz Leite Praça, o belorizontino André Leite Praça. Com 52 anos, formado pela UFMG em 1987, ele começou a vida na magistratura em 1992. Morou em seis comarcas. “Guardo com muito carinho essa passagem pelo interior. Foi uma fase boa da minha vida”, conta sobre o período. À frente da Corregedoria-Geral de Justiça desde 1º de julho, o desembargador André Leite Praça atribui sua ida para a Corregedoria às experiências administrativas anteriores que vivenciou no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Com a Corregedoria reestruturada há pouco tempo, deseja “dar uma resposta mais ágil e eficiente a todos os usuários e, também, orientação aos servidores e magistrados”.

TJMG Informativo – Por que o senhor decidiu se candidatar ao cargo de corregedor?

Foi uma questão natural da minha carreira na magistratura, pois tive a experiência de ser juiz auxiliar da Corregedoria por duas gestões e, na última, do desembargador Pedro Bitencourt, tive a oportunidade de participar da Superintendência de Tecnologia da Informação, de acompanhar algumas questões administrativas. Isso acabou me motivando a enfrentar esse desafio.

Quais são as suas impressões desses primeiros meses de gestão à frente da Corregedoria?

O sentimento que tenho é de que estamos vivenciando um momento realmente difícil, de muita sobrecarga de trabalho para juizes e servidores. Nosso grande desafio é equalizar a força de trabalho que temos para essa demanda que enfrentamos hoje, já que não podemos, como no passado, aumentar o número de servidores e juizes. Então temos que ter criatividade e eficiência na gestão, para buscarmos resultados positivos.

A Corregedoria passou por uma grande reestruturação recentemente. O que servidores e magistrados podem esperar dessa “nova” Corregedoria?

Minha sensação é a de que, com essa nova estrutura, nós vamos ter muito mais dinamismo na atuação da Corregedoria. Temos duas diretorias: uma que se dedica ao planejamento e outra à gestão da atividade da Primeira Instân-



Raul Machado

De acordo com o corregedor André Leite Praça, nos últimos anos, a Corregedoria vem se aproximando mais dos serviços notariais e de registro

cia. Com essa estrutura, conseguimos dar uma resposta mais ágil e eficiente a todos os nossos usuários e, também, orientação aos servidores e magistrados. Estamos também adequando o Planejamento Estratégico da Corregedoria ao Planejamento Estratégico do TJ e às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



A grande mudança é que passamos a estabelecer os nossos planejamentos de fiscalização em cima de metas e dados estatísticos objetivos



A Corregedoria apresentou um novo plano de fiscalização, com novos parâmetros. Como será a atuação da Corregedoria, nessa área, durante a sua gestão?

A grande mudança é que passamos a estabele-

cer os nossos planejamentos de fiscalização em cima de metas e dados estatísticos objetivos. Nós fazemos um diagnóstico das comarcas e varas e realizamos o trabalho de fiscalização e orientação nas unidades com situação mais crítica. No extrajudicial, da mesma forma, estamos fazendo levantamento dos dados estatísticos de volume de trabalho, de arrecadação, atentos à sonegação, e concentramos a nossa força de trabalho nessas unidades que merecem uma atenção especial.

Nos últimos anos a Corregedoria, juntamente com os cartórios, tem apresentado uma série de inovações, como o selo de fiscalização eletrônico, a Central de Registro Civil, entre outras. Quais novidades podemos esperar nessa área?

Nos últimos anos, a Corregedoria vem se aproximando mais dos serviços notariais e de registro. Os oficiais das serventias têm contribuído muito para o aprimoramento das nossas regulamentações, com sugestões de políticas. Essa proximidade é importante também com a Ordem dos Advogados do Brasil, que tem contribuído com muitas sugestões e com o diálogo para a construção de soluções.

Pedro Miranda veste de estrelas a galeria de arte

Rebeca Figueiredo

Encerrando os trabalhos da Galeria de Arte do Fórum Lafayette, Pedro Miranda é o último artista a ocupar o espaço em 2016, de 9 de novembro a 30 de janeiro de 2017. A exposição “Ora Direis” apresenta obras em aço naval, que ocuparão não só a galeria, como também corredores e jardins do fórum.

A escultura que dá nome à exposição, “Ora Direis”, representa uma menina olhando para o céu com um vestido de estrelas. Ela também é responsável pela frase que move o atual trabalho do artista: “Quando olhamos para a noite, nos vestimos de estrelas”.

Nascido em Belo Vale, Pedro Miranda iniciou sua carreira artística no Teatro Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No palco, esteve ao lado de artistas como Jô Soares, mas os ensaios que varavam a madrugada não eram para ele. Foi assim, enfadado da vida de ator, que o artista começou a esculpir e passou à cenografia com Vladimir Pereira no Teatro Ruth Escobar.

Já em 1967, ele apresentou sua primeira exposição na Galeria Guignard, com peças esculpidas em madeira, e não parou mais. Depois de um incêndio em sua casa, o artista perdeu muitas obras esculpidas em madeira. No entanto, havia uma peça em aço naval que se salvou. A partir daí, Pedro passou a utilizar o material para esculpir suas obras. A maioria das esculturas é composta de um único

bloco de aço. O artista primeiro pinta a chapa, como uma tela, e depois realiza os cortes por plasma, processo similar à soldagem elétrica.

Em 1973, após a avaliação e o apoio da artista plástica, produtora cultural e crítica do jornal

A maioria das esculturas é composta de um único bloco de aço. O artista primeiro pinta a chapa, como uma tela, e depois realiza os cortes por plasma, processo similar à soldagem elétrica

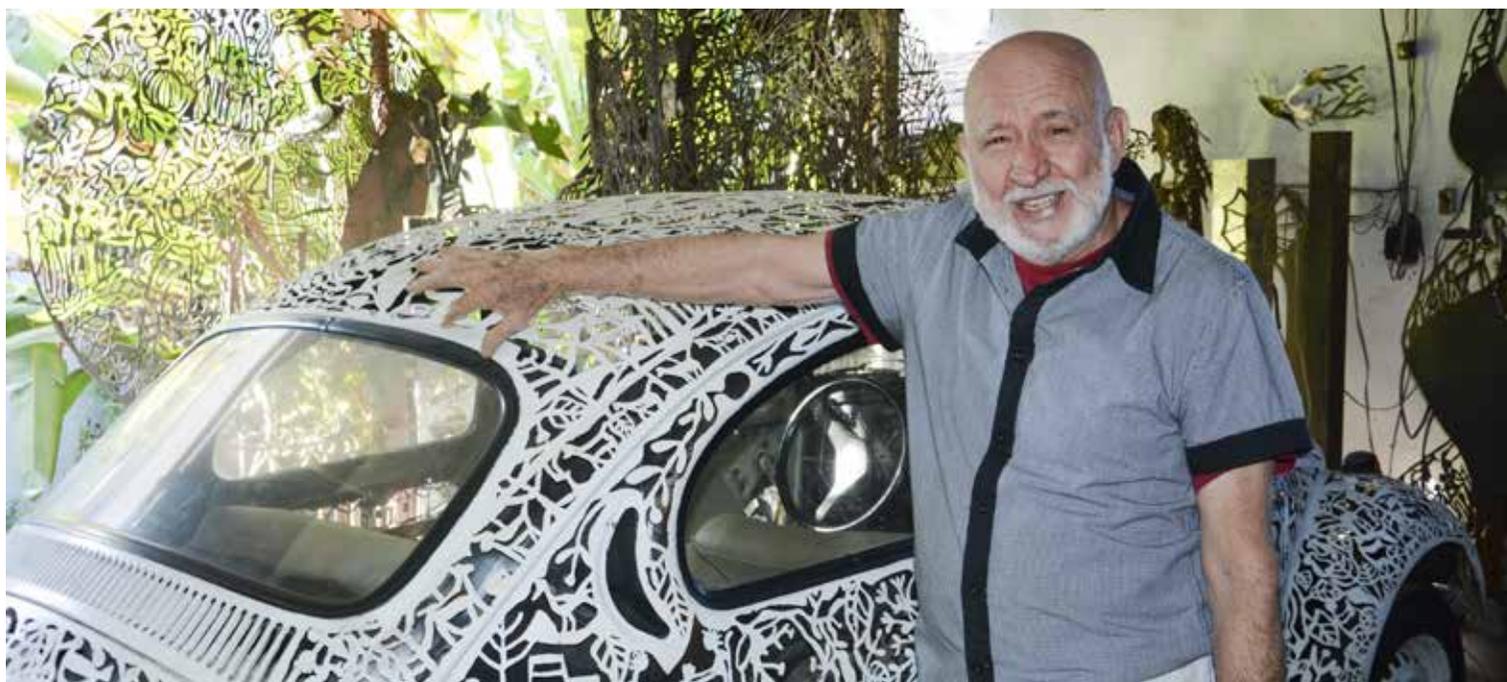
Estado de Minas, MariStella Tristão, Pedro expôs na Galeria AML, em Belo Horizonte. As obras do artista, em suas diferentes fases, já ocuparam outros locais, como o Museu de Arte de São Paulo (Masp), a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Galeria do Congresso Nacional, em Brasília, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Casa dos Contos, a Casa de Cultura, em Betim, o Consulado da Áustria

em Colônia, na Alemanha, a Feira Internacional de Bruxelas, na Bélgica, a Galeria Loggia, no Rio de Janeiro, o Espaço Cultural O Globo e a Galeria Minard.

Foi convidado pelo Itamarati para participar de exposição em Tóquio e Kobi, no Japão. Também foi premiado em 1988, recebendo medalha de bronze da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Em 2001, recebeu uma homenagem especial da Prefeitura de Belo Horizonte. Suas principais obras, “Os Amantes” e “Espaço Horizontal”, foram compradas, em 1988, pelo Masp. No mesmo ano, fez uma escultura figurativa em técnica mista para o Museu do Congresso.

Para Pedro Miranda, definir o estilo ou o tema de seus trabalhos é algo impossível. O artista considera que a arte fala de si mesma, despertando emoções, e não espera explicações. Há apenas uma certeza: a arte nunca deve representar o real, porque isso todos já temos. A realidade é insuportável.

A abertura da mostra acontece no dia 8 de novembro, às 19h. A visitação é gratuita e aberta ao público de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h às 18h. O Fórum Lafayette está localizado na Avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto.



Marcelo Albert

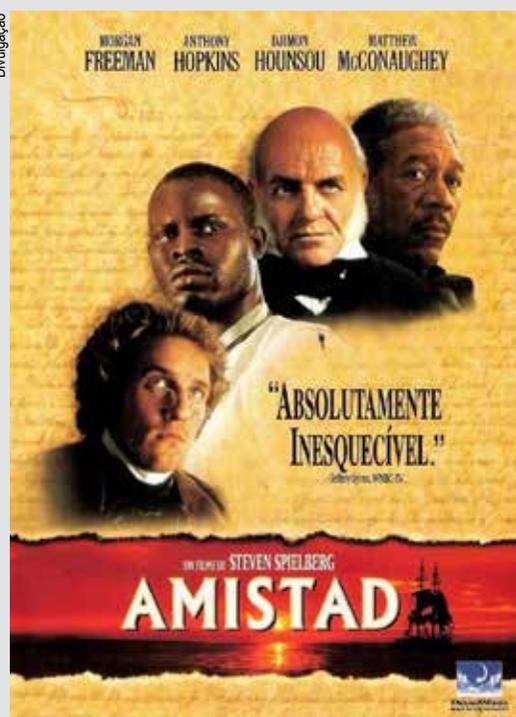
No Fusca 1981, o artista plástico Pedro Miranda fez arte com maçarico na carroceria do carro; ao longe, parece que os desenhos foram feitos à tinta, mas as imagens são todas vazadas

O filme *Amistad*, dirigido por Steven Spielberg, será exibido em novembro no Cineclube TJ, projeto que une a exibição e o debate de obras clássicas do cinema. A sessão acontece no dia 24 de novembro, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

Amistad

Juiz Magid Nauef Láuar*

Divulgação



O filme é baseado em fatos ocorridos em 1839, a bordo do navio La Amistad

Logo no início, o filme *Amistad* já demonstra a sua grandiosidade. Com direção de Steven Spielberg e estrelado pelos atores Anthony Hopkins, Morgan Freeman, Djimou Hounsou e Matthew McConaughey, a história é baseada em fatos verídicos ocorridos no ano de 1839 a bordo do navio La Amistad. O filme relata a luta de um grupo de africanos escravizados em território norte-americano, desde a sua revolta quando assumem o comando do navio negreiro La Amistad, até seu julgamento perante o Poder Judiciário americano.

É um filme emocionalmente forte, pois relata, com uma riqueza impressionante de detalhes, as condições de captura e transporte de escravos africanos para serem explorados na América do Norte e, ao mesmo tempo, traduz a estrutura jurídica americana nos meados do século XIX e a concomitância do nascimento das primeiras medidas para a abolição da escravidão nos Estados Unidos.

A trama jurídica se inicia com interferência do então presidente americano Martin Van Buren

(Nigel Hawthorn), que quer a condenação dos escravos e usa o episódio para tentar a reeleição, para agradar os sulistas e a Rainha Isabella II da Espanha (que reivindica a propriedade dos escravos e do navio), sendo que a questão vai parar na Suprema Corte dos Estados Unidos, oportunidade em que os africanos são defendidos pelo ex-presidente dos Estados Unidos John Quincy Adams (Anthony Hopkins).

O grande foco do enredo é a discussão sobre a natureza jurídica dos escravos: se são mercadorias humanas ou não!

A direção sempre segura de Spielberg conduz o filme em um ótimo ritmo, prende a atenção e apresenta a face da natureza humana conforme os seus interesses patrimoniais e políticos. Valendo o destaque pela atuação do ator Djimou Hounsou (*O Gladiador*), interpretando o escravo Cinqué.

É um filme que, aos poucos, vai se tornando um grande clássico do cinema.

* Coordenador do Cineclube TJ

Era um domingo de descanso em Belo Horizonte quando a cor do céu chamou a minha atenção. Instantes depois, o espaço foi tomado por pombos que meu vizinho liberta todos os dias, no mesmo horário, para que estiquem suas asas. Um momento que quis registrar.

Robert Leal de Souza,
secretário do Centro de Imprensa da
Ascom/TJMG



CLIQUE DO LEITOR

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.